



## EDITORIAL

Vol. 20, n. 35. 2023

É com muito prazer que apresentamos mais um número da **Revista Eletrônica Estudos Hegelianos (REH)**. Há algum tempo, temos recebido um número considerável de submissões. Talvez o crescente interesse da comunidade de pesquisadores de Hegel, e da filosofia clássica alemã em geral, vá ao encontro dos nossos esforços em promover melhorias no site e em publicar números temáticos de excelência acadêmica. Esse esforço foi reconhecido por meio da última **nota Qualis – A2** para o quadriênio 2017-2020.

Este número é o resultado de contribuições de diversos autores, submetidas à avaliação por pares ao longo de 2022 e 2023. Agradecemos às professoras e aos professores, e às pesquisadoras e aos pesquisadores, pela colaboração no processo de avaliação e seleção dos artigos. Agradecemos também à nossa equipe de leitores de prova pelo trabalho final de formatação dos artigos.

Os artigos que compõem este número foram recebidos em processo de fluxo contínuo. Apesar da maioria dos artigos ter como enfoque a filosofia social de Hegel, ou mais precisamente sua filosofia do espírito objetivo, não há um tema central que oriente a leitura deste número. A diversidade de temas deste número deve expressar a diversidade e o vigor dos estudos hegelianos contemporâneos e o esforço dos editores em dar um caráter plural à linha editorial da revista.

Abrimos o número com o artigo de **Hernandez Vivan Eichenberger**, *Aspectos sobre a plebe em Hegel*. Este foi fruto do nosso ciclo de webinários. O comitê editorial tem se esforçado para realizar pelo menos um encontro por semestre. Sempre que possível, convidamos os palestrantes a escrever contribuições para abrir os números da revista. O encontro com Eichenberger foi realizado em 8 de junho de 2022 e a gravação pode ser vista no canal [Revista Estudos Hegelianos](#) no YouTube. No encontro, discutimos o seu excelente livro, *Pobreza e Plebe em Hegel* (São Paulo: EdUFABC,



2021). No artigo, Eichenberger procurou analisar dois aspectos distintos: (1) a procedência e uso da palavra plebe (*Pöbel*) e (2) aproximar o conceito hegeliano de plebe da noção de *lumpemproletariado*. Ao investigar o emprego da noção de plebe em Kant, Aristóteles e Políbio, o autor procura demonstrar que o historiador grego antigo foi uma das principais fontes de Hegel. Ao aproximar o conceito hegeliano de plebe da noção de *lumpemproletariado*, o autor se opõe a leituras que procuram relacionar o conceito plebe com o conceito marxiano de proletariado.

No artigo *La crítica de Hegel al sistema filosófico de Jakob Fries em Rasgos Fundamentales de la Filosofía del Derecho*, **Carlos Victor Arnolfo Alfaro** procura reconstituir a crítica de Hegel a Jakob Friedrich Fries (1773-1843). A noção de Fries de convicção (*Überzeugung*) teria, para Hegel, as mesmas insuficiências de filosofias baseadas na crença subjetiva e nas formas de sentimento. O artigo é também interessantíssimo para aqueles que desejam conhecer um pouco mais da filosofia de Fries.

No artigo *Hegel's Defence of the Constitutional Monarchy*, **Markos Haile Feseha** defende uma tese polêmica contra as leituras ditas “liberais” de Hegel. Para Feseha, comentadores de Hegel como Michael O. Hardimon, Klaus Vieweg, Zbigniew A. Pelczynski e Thom Brooks apresentam uma visão de um poder monárquico muito limitado, nos moldes da concepção de Montesquieu da divisão de poderes. O autor dirige, então, as críticas de Hegel às teorias liberais contra esses autores contemporâneos com o seguinte argumento: “Hegel defende que a soberania política genuína só pode ser assegurada na medida em que o poder monárquico faz a mediação entre os poderes executivo e legislativo e a monarquia constitucional funciona como a unidade superior do poder monárquico e da constituição política.” Trata-se, sem dúvida, de uma visão polêmica — de forma alguma em sintonia com a visão dos membros deste comitê editorial, mas que tem o mérito, pelo menos, de fomentar o debate sobre possíveis consequências políticas.

**Aimen Remida**, no artigo *La dialectique du rationnel et de l'effectif: une ontologie hégélienne pour changer le monde*, retoma o artigo de Jean-François Kervégan [publicado no número 18](#) desta revista. O autor se volta contra a interpretação epistemológica de Kervégan à dupla sentença de Hegel — “O que é racional, isso é efetivo; e o que é efetivo, isso é racional” — com o intuito de dar um sentido político-

revolucionário. Alvo também de sua crítica é a interpretação conservadora de Rudolf Haym (1821-1901), conhecida por identificar a ideia hegeliana do Estado ético com o Estado prussiano de sua época.

No artigo *A vida e o belo no sistema de Hegel*, **Fábio Pereira Bonafini** procura reconstruir a relação entre os conceitos hegelianos de vida e belo a partir de sua estrutura lógica. Para o autor, essa relação é central para compreender o papel da fisionomia na interpretação de Hegel das estátuas gregas. Em sua leitura, a relação lógica entre conceito e aparecimento permite entender o belo “como a adequação entre a conformidade interna a fins da vida e o equilíbrio do organismo no corpo humano saudável”.

**João Gabriel Gomes Paixão**, no artigo *O Idealismo Hegeliano como a Autoconsciência da Modernidade*, procurou dar um significado histórico-político ao elemento metafísico presente na concepção hegeliana de *saber absoluto*. O elemento mediado, presente no sentido histórico-político do saber absoluto, se opõe à imediaticidade empírica da *certeza sensível* — interpretada a partir da categoria de Ser da *Ciência da Lógica*. Dessa forma, a *Fenomenologia do Espírito* é lida como um processo de autoconscientização da modernidade. O saber absoluto se apresenta, segundo o autor, como a “expressão simbólica” desse momento histórico.

Em *No Caminho do Escrito do Reformbill: As Origens da Recepção da Grã-Bretanha por Hegel*, artigo originalmente publicado em 1995 e agora traduzido ao português, **Norbert Waszek** discute pormenorizadamente as fontes da recepção de Hegel do pensamento inglês. Waszek realiza um amplo balanço de como os comentaristas pensaram a relação de Hegel com a Grã-Bretanha e sugere todo um programa de pesquisa de como pensar a elaboração hegeliana — da estética, passando pela economia até a política. O artigo sugere uma nova datação para o início da recepção de Hegel da economia política, não mais em Frankfurt, mas sim já em Berna, a partir de evidências ligadas à biblioteca da família na qual trabalhou como preceptor. Além disso, a própria família Steiger possuía uma relação política e cultural preferencial com a Inglaterra. Na medida em que frequentemente Hegel foi aproximado, por razões políticas variadas, à Prússia ou à França, o artigo tem como resultado contribuir em repensar a relação de Hegel com a Inglaterra.

Encerramos o número com a resenha de uma obra brasileira que enriquece a bibliografia hegeliana no Brasil. **Gabriel Rodrigues da Silva** se dedica a uma detalhada apresentação da obra *O Idealismo Hegeliano e o Materialismo Marxiano: Aproximações e Distanciamentos*, editada em 2021 pela EdUERJ, de autoria do professor Pedro Novelli da Unesp. Silva reconstitui detalhadamente a abordagem de Novelli acerca das relações Marx e Hegel a partir do par materialismo e idealismo. Ao invés de considerá-los como uma forma conceitual enrijecida, Silva mostra como Novelli complexifica e dinamiza esses conceitos oferecendo uma aproximação renovada do problema.

Boa leitura!

EMMANUEL NAKAMURA  
PATRÍCIA RIFFEL DE ALMEIDA  
POLYANA TIDRE  
RENATA GUERRA